

O MERCADO DO TRABALHO INFORMAL NA AMAZÔNIA: APONTAMENTOS SOBRE O PERFIL DO TRABALHADOR AUTÔNOMO NA PRAÇA DA MATRIZ EM SANTARÉM-PA¹

THE INFORMAL LABOR MARKET IN THE AMAZON: INSIGHTS INTO THE PROFILE OF SELF-EMPLOYED WORKERS AT PRAÇA DA MATRIZ IN SANTARÉM-PA

ALINE DE SOUZA ALBUQUERQUE²

FÁTIMA VINHOTE VIEIRA³

GIOVANA BATISTA OLIVEIRA⁴

ROGERIO HENRIQUE ALMEIDA⁵

RESUMO

A pesquisa faz uma reflexão sobre a categoria trabalho no viés considerado como informal, no município de Santarém, região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, marcada pela agenda de grandes obras de infraestrutura. O *lócus* selecionado para o estudo de caso foi a Praça da Matriz, cravada no Centro da cidade. A investigação busca compreender o fenômeno em seu contexto, em decorrência das transformações no atual estágio do modo de produção capitalista – mundialização – que tende a agudizar os processos de disparidades socioeconômicas. Assim, para fins metodológicos, além de revisão bibliográfica, a partir dos postulados de Weber (1967), Ricardo Antunes (2011), Lafargue (1999) e Marques (2019), foi realizada uma pesquisa de campo com vistas a coletar dados relacionados como escolaridade, tempo de trabalho, renda, pagamento de previdência, entre outros. Vinte e um questionários foram aplicados. Realizou-se uma entrevista com o representante da associação dos comerciantes, bem como registros fotográficos, levantamento de

1. O artigo é um produto de atividade da Disciplina Integração da Base Real (IBR), ministrada no segundo semestre de 2019 no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA.

2. UFOPA, discente de Gestão Pública e Desen. Regional 2019.1, souza00aline@gmail.com

3. UFOPA, discente de Gestão Pública e Desen. Regional 2019.1, fatimavinhote999@gmail.com

4. UFOPA, discente de Gestão Pública e Desen. Regional 2019.1, giovanabatista.stm@gmail.com

5. UFOPA, docente Rogério Henrique Almeida, do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Mestre em planejamento do desenvolvimento pelo NAEA/UFPA, doutor em Geografia Humana USP, araguaia_tocantis@hotmail.com

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e análise de dados do sistema Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Palavras-Chave: Trabalho, Economia, Informalidade, Amazônia.

ABSTRACT

The research reflects on the category of work not considered as informal, in the municipality of Santarém, region of Baixo Amazonas, in the state of Pará, marked by the agenda of major infrastructure works. The locus selected for the case study was Praça da Matriz, located in the city center. The investigation understands the phenomenon, in which the occurrence of transformation of its transformations in the current context of the way of manufacture - which tends to exacerbate the processes of socioeconomic disparities. Thus, in addition to reviews found on the Web, based on the postulates of related Web data (2011), Ricardo Antfar (1999) and Marques (2019), a field research was carried out with a view to all related as schooling, time of work, income, pension payments, among others. 21 were applied. An interview was carried out with the representative of the merchants' association, as well as photographic records, HDI survey and data analysis from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) Synthesis of Social Indicators (SIS).

Keywords: Work, Economy, Informality, Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Desde as décadas finais do século passado, as revoluções experimentadas nos campos das tecnologias da comunicação e da informática reconfiguram inúmeras categorias das ciências humanas, onde Estado, fronteira, cidadania, soberania, capital e o trabalho foram redimensionadas.

No caso da categoria trabalho, além das inovações acima citadas, o desemprego estrutural, as crises sistêmicas, ladeado pelo triunfo do capital financeiro promoveram o desemprego estrutural, a precarização no cenário do mundo do trabalho, além de gerar outras formas de exploração, e modalidades de ocupação, a exemplo de *call center* e *telemarketing*, além da naturalização do trabalho análogo à escravidão em todo o mundo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma fração do ambiente do mercado informal no município de Santarém, no estado do Pará. A cidade é considerada de porte médio, bem como pólo da região do Baixo Amazonas,

considerada estratégica para a circulação de *commodities* produzidas no Brasil Central.

No primeiro momento, o artigo reflete sobre a condição colonial da Amazônia e o seu papel na divisão internacional do trabalho e um pouco sobre o contexto da região do Baixo Amazonas. A categoria trabalho é o cerne da segunda seção. Ela precede a análise de indicadores de pobreza e do trabalho no estado Pará.

As partes finais do trabalho apresentam o *lócus* da pesquisa, procedimento metodológico para a coleta de dados no trabalho de campo, bem como os indicadores verificados na pesquisa empírica.

2 A CONDIÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O trabalho compulsório de indígenas e de negros e a expropriação das populações locais representam formas fundamentais na transferência de valor para os circuitos das economias centrais na realidade amazônica desde o período colonial, além de configurar padrões de conformação do espaço/território/tempo assentados em hierarquias de feições étnico e racial, indica Almeida (2021).

Neste sentido, o economista Aluizio Leal (2010) adverte sobre a existência do sistema de aviamento, que consistia numa espécie de escravidão por dívida no processo de economia do látex e outros produtos. Recurso equivalente permaneceu na agenda de integração subordinada da Amazônia durante a ditadura civil-militar (1964-1985), marcado pela presença de grandes projetos no conjunto da política de pólos de desenvolvimento, onde possui proeminência os setores madeireiro, pecuária e de mineração.

A opção pela integração subordinada da região naturalizou o trabalho análogo à escravidão⁶ na região, onde o estado do Pará tem ocupado lugar de destaque no cenário nacional, com casos registrados em particular em fazendas. No primeiro momento nas regiões Sul e Sudeste pelo fato da concentração de parte expressiva dos investimentos da época, e mais recentemente a Oeste do estado.

A matriz de projeto de desenvolvimento inspirado a partir de grandes projetos

6. Sobre o tema, além de dados do Ministério do Trabalho, ver reportagens do site Repórter Brasil, especializado no assunto, e artigos e livros do professor Ricardo Rezende Figueira.

e obras de infraestrutura tendem a consolidar o papel colonial da região como exportadora de matéria prima para as economias centrais. Na presente conjuntura, como adverte Antunes (2010), impera nesta racionalidade o trabalho precarizado, ancorado na baixa remuneração de trabalhadores. Uma opção que não viabiliza um possível desenvolvimento onde o projeto é instalado.

Neste ambiente, desde os anos de 1930 do século passado, o Baixo Amazonas⁷ experimenta a racionalidade desenvolvimentista ancorada na lógica de grandes projetos, onde a experiência inaugural foi o projeto de Henri Ford (conhecido como Fordlândia), nas cidades de Itaituba e Belterra. O projeto representa um marco da experiência essencialmente capitalista na Amazônia, analisa Costa (1998).

Esta iniciativa foi sucedida por outros megaprojetos, amparados pelas políticas de Estado na condição de indutor da economia. Neste arcabouço, encontramos o Projeto Jari (1960), na cidade de Almeirim; a exploração mineral no município de Oriximiná pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, na década de 1980; a edificação de porto da Cargil, na cidade de Santarém⁸, no início dos anos 2000; assim como a mineração em Juruti, protagonizada pela empresa estadunidense Alcoa.

Foto 01. Orla da cidade: ao fundo o porto da empresa estadunidense Cargill e as embarcações nativas no primeiro plano

7. O Baixo Amazonas possui a maior quantidade de ecossistemas florestais e recursos hídricos preservados na Amazônia Oriental, além de possuir grandes reservas de minérios, com destaque para a bauxita, o calcário e o ouro. As principais atividades produtivas estão baseadas na exploração madeireira, pecuária, agricultura, pesca, extrativismo, mineração industrial, garimpo e comércio (Brasil, 2005). O território tem a extensão de 317.273,50 Km² e é composto por 12 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. A população total é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, o que corresponde a 39,94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas. São 1.780 quilômetros de estrada que atravessam uma das regiões mais ricas das Amazônias e do país em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnico-cultural com a presença de biomas, como a Floresta Amazônica, o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. A rodovia BR-163 que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) foi aberta nos anos 1970 como mais uma das grandes obras de infraestrutura projetadas pela Ditadura Militar para integrar a Amazônia à economia nacional (ISA, 2009).

8. Santarém é considerada a cidade polo. Possui uma população estimada em pouco mais de 300 mil habitantes, distribuídos no território de 17.898,389 km, (IBGE). O município agrupa importantes instituições públicas de variados campos: educação, meio ambiente, trabalhista, saúde e justiça. Também pode ser considerada como uma cidade universitária. Além das universidades públicas federal, estadual e o instituto federal, sedia outras tantas da rede privada.



Excluindo a Vale, todas as empresas integram o grande capital dos EUA, e promoveram/vem a apropriação privada do solo e subsolo da região, água, floresta, das riquezas naturais; e, concomitante, a expropriação das populações locais. Opção que permanece em projetos recentes inspirados em eixos de integração, que privilegiam a construção de obras de infraestrutura, onde constam complexos portuários, hidroelétricas, modal de transporte (rodovias, ferrovias).

A conformação do avanço da fronteira do capital sobre a Amazônia representa uma ameaça à reprodução da sociodiversidade local, ao mesmo em que reconfigura as feições territoriais, sociais, culturais, políticas e do mundo do trabalho.

3 APONTAMENTOS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO

Três estacas feitas de madeira para surrar escravos e pobres em tempos remotos no velho mundo (*tripalium*: *tri* – três, *pallium* – madeira) explica a etimologia do vocábulo trabalho. E *labor* (latim) esforço penoso. Em outras palavras, encarna um instrumento de tortura. No livro bíblico, gênesis, ele emerge na mesma perspectiva, após a efetivação do pecado original cometido por Adão e Eva.

Expulso do Éden resta ao casal ganhar os dias com o fruto do próprio suor. Neste caso, além do castigo laboral, emerge a repressão sexual e a demonização da mulher, explica Chauí, em prefácio da obra *O Direito à preguiça*, de Paul Lafargue. Obra gerada no turbilhão da I Revolução Industrial, e implantação do que se convencionou denominar de modernidade. O livro defende o ócio como

necessidade inerente ao ser humano e refuta o trabalho alienado.

No entanto, o trabalho convertido ao mundo da racionalidade capitalista ganha caráter de religião, e esta de ideologia. Princípio umbilicalmente ligado à moral protestante e aos valores da economia burguesa, assim reflete Weber (1967). Ao mesmo tempo em que veta o ócio – bandeira essencial do libelo de Lafargue (1999) como alimento do espírito livre – impõe a disciplina, a atividade sem descanso, a necessidade em poupar, opções que favorecem a acumulação capitalista e o desenvolvimento da economia burguesa, que tende a naturalizar a subalternização por coerção – o trabalho escravo.

A preguiça representa um dos pecados capitais. Gozo que a humanidade perdeu para sempre, reza a moral cristã. Lafargue (1999) subverte a equação. Ele sataniza o trabalho e celebra a preguiça como virtude diante de uma conjuntura de riqueza socialmente produzida, e apropriada de forma privada, onde as diferenças de classes são subsumidas.

Interpretação marxiana argumenta que, nesta conjuntura da sociedade burguesa, o excedente do trabalho praticado pelo trabalhador, para além das suas necessidades, constitui-se como elemento constituinte da riqueza dos detentores dos meios de produção e do capital. Moreira (2016, p. 53) salienta que “o trabalho é a fonte de origem de toda sociedade. Em cada sociedade, segundo o caráter do modo de produção que a organiza desde a base, o trabalho aparece, porém, sob formas de relação que historicamente lhe são próprias.”

O trabalho, tal como o vemos nas sociedades, é a atividade prática de gerar produtos a partir da relação de transformação dos elementos naturais ou semitransformados do local com que lida, cujo modo específico de ser depende do caráter da relação de propriedade dos meios de produção que empregam produtividade, assim, podendo-se falar do trabalho comunitário, escravo, servil, assalariado, correspondente à forma histórica de sociedade em que se desenvolve, sentido que o torna um trabalho cotidiano⁹.

Nos primórdios dos passos iniciais da fase industrial do modo de produção capitalista, chegava-se a trabalhar mais de 14h/dia, realça o livro reportagem/ensaio *Povo do Abismo*, lançado nos primeiros anos do século XX. Com as digitais do jornalista

9. MOREIRA, Ruy. *A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital*. Rio de Janeiro/RJ. Editora Consequência (2016, p. 54).

e poeta estadunidense Jack London, sobre o *East End* londrino, denuncia as longas jornadas de trabalho, estas, impressas por precárias condições de moradia, alimentação e salário do operariado londrino, bem como o ambiente insalubre de trabalho.

Nos dias atuais, as revoluções do campo das comunicações e da informática colaboraram para gestar o presente estágio do modo de produção capitalista, marcado pela financeirização. Tempo engendrado pelo compasso de ondas de crises, recessão e o desemprego estrutural, que promove uma farta modificação do cenário no campo do trabalho, onde a informalidade, a precarização e o trabalho intermitente são alguns dos desdobramentos, adverte Harvey (2011).

Antunes (2013) interpreta que a classe trabalhadora que emerge resultante, simultaneamente, das lutas de classe e da lógica interna do capitalismo global (isto é, da relação entre economia e política), é mais abrangente que a classe trabalhadora de meados do século passado, sendo ainda mais complexa, mais heterogênea e fragmentada que aquela que predominou no período áureo do sistema taylorista-fordista.

Ao discordar daqueles que entendem como classe trabalhadora somente o proletariado industrial, e ainda da ideia que reduz o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril, o autor propõe a noção de classe-que-vive-do-trabalho, através da qual, busca revigorar o conceito marxista de classe e apreender dialeticamente as particularidades das novas formas sociais de relações laborais.

Antunes (2013) defende que a classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção, e que são constrangidos ao vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados.

O sociólogo ressalta que o proletariado industrial é o seu núcleo principal, porque produz diretamente mais-valia. No entanto, estão excluídos gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação; os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importantes aliados da classe trabalhadora no campo político.

Nesta conjuntura de abissais transformações que precipitaram sobre o mundo nas últimas décadas, a reinvenção do trabalho, ou seja, o trabalho informal tem ganhado cada vez mais força ao redor do mundo e, no Brasil, esta realidade não é diferente. Quem afirma é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínuo, a PNAD. Destaca-se que, quem se dedica ao trabalho informal, pode sofrer com instabilidade financeira, visto que não há nenhum vínculo empregatício que garanta um salário fixo mensal. Embora, a autonomia para a organização do tempo dedicado ao labor possa ser relativizada. O cenário manifesta-se com gravidade na região Norte do País.

4 TRABALHO E POBREZA NA AMAZÔNIA E NO PARÁ

Em solo de um país que na geopolítica do espaço mundo é considerado como tardio e de periferia no mundo capitalista, a conjuntura empurra a classe trabalhadora para as cordas do ringue no embate com o patronato. Fragilidade que ganha maior dimensão com a agenda de reformas que percorrem os corredores e os subterrâneos do Congresso Nacional, agilizada pelos setores hegemônicos do mercado e as frações de classe mais conservadoras do país.

Se o capitalismo nacional é considerado tardio, a Amazônia representa a derradeira fronteira de expansão, onde os contrastes ganham outras grandezas. Com relação à extrema pobreza da Amazônia, números divulgados em 2013, com dados de 2010, o estado paraense estava na infortável antepenúltima colocação do *ranking* nacional (25º lugar) em desenvolvimento humano, empatado com o Piauí, e somente a frente de Alagoas e Maranhão (penúltimo colocado, e também da região amazônica). Os

10 municípios brasileiros com piores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado no arquipélago do Marajó, onde se estimava que até metade da população municipal fosse analfabeta. Entre os 20 municípios com os piores IDHs do Brasil, 15 eram da região amazônica. [...] Das 30 cidades brasileiras com maior vulnerabilidade social, 16 estavam no Nordeste e 14 na Amazônia (MARQUES, 2019, p. 221-222).

Neste cenário marcado pelo desemprego estrutural, a informalidade tem sido a solução de renda para a maior parte da população em idade produtiva. No caso do estado do Pará, – catalogado como um estado de economia de base

informal –, ocupa o topo desta categoria do país, com 61,4% de sua população na informalidade, conforme dados tabulados pelo IBGE, em julho de 2019.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), organizada pelo IBGE em 2018, indica que o estado do Pará possuía 3,6 milhões de pessoas sobrevivendo abaixo da linha da pobreza, com uma renda de R\$ 406,00/mês, tomando como base de dados o ano de 2016. O quadro de pessoas na condição de indigência no estado aumentou em 12,8%, o que representa um milhão de paraenses sobrevivendo na extrema pobreza, com renda estimada em R\$140,00/mês.

Dados apontam a manutenção da concentração de renda do país, onde os 10% mais ricos recebem 17,6 vezes mais que os pobres. O IBGE aponta que, ao considerar domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Santarém tinha 45,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 111º de 144 dentre as cidades do estado, e na posição 2078º de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre janeiro a novembro de 2019, o saldo de geração de emprego em Santarém chegou a 1.932. A assessoria da Associação Comercial do Município acredita que o saldo tem relação com o setor terciário, que gerou postos de trabalho com saldo positivo de 531 empregos, dos 546 gerados em novembro.

Isso se deve, em certa medida, à implantação de alguns hipermercados de redes nacionais no município (Assaí e Atacadão) e a verticalização da cidade, o que em certa medida ajuda a dinamizar o setor de construção civil. O fenômeno tem ocorrido nas cidades do estado consideradas polos no Pará, passíveis de implantação de grandes projetos, a exemplo de Marabá, Altamira e Santarém. A primeira a sudeste do estado, a segunda ao sudoeste e a terceira a oeste. Prestação de serviço, construção civil e comércio colaboraram para a melhoria da geração de emprego formal no município, sinalizam dados do Caged.

Assim distribuídos: serviço – 569; comércio – 556 e construção civil com 428. Em relação ao ano anterior, os números representam pouco mais de 100% de aumento. Indicadores sociais tabulados por Marques (2019) indicam que na década de 2000, na região Norte, quase metade da população vivia na linha da pobreza, onde 10 milhões viviam com até meio salário-mínimo.

No Pará, estimava-se que metade da população – 3 milhões de pessoas – vivesse com uma renda mensal de até R\$100,00. Inversamente, a concentração espacial de investimentos, com relevo à exploração mineral, como ocorre na região de Carajás, há pouco mais de 30 anos tornou Parauapebas o município com maior valor nas exportações brasileiras, somando U\$\$ 10 bilhões em 2013, bem à frente do segundo colocado, São Paulo, que totalizou U\$\$ 8,6 bilhões de divisas. O que só acentua a condição colonial do estado e a concentração da economia no extrativismo mineral, que representa quase a totalidade do PIB do estado.

O Pará lidera o bloco de estados das regiões Norte e Nordeste no ranking da informalidade. O site do IBGE assim caracteriza a informalidade, onde alguma ou nenhuma divisão entre capital e trabalho representam fatores de produção:

Produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituída (IBGE, s/d).

O portal sobre cidades do instituto indica que a média salarial da população santarena ocupada é de 2,2 salários-mínimos, o que representa pouco mais de 15%. Ao analisar a situação da juventude nesta conjuntura, o relatório do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho considera as políticas frágeis, por conta do avanço do neoliberalismo, onde destaca:

As fragilidades das políticas de Estado voltadas para o fortalecimento da proteção social universal e para a regulação pública do trabalho condicionam os jovens ao negativo padrão de inserção ocupacional. Infelizmente, nos anos mais recentes (2016/2018) observa-se o retorno ao padrão neoliberal, com forte impacto sobre a juventude, especialmente levitação do desemprego e perda de perspectivas (OPAMET, 2018).

No presente ambiente do capital em escala planetária, a divisão internacional do trabalho aprofunda a condição colonial dos países do hemisfério Sul como uma região de estoques de riquezas, que abastece os países centrais da economia mundial com materiais e mão de obra de baixa remuneração; e, ativas condições de trabalho análogas à escravidão,

tanto em espaços urbanos, quanto em espaços rurais. Como verificado em indústrias têxteis na cidade de São Paulo, e em fazendas e outros setores no interior da Amazônia.

5 ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia metodológica, além de revisão bibliográfica, coleta de dados secundários, foi realizada uma amostragem com aplicação de 21 questionários socioeconômicos em horário comercial, no turno matutino no espaço da Praça da Matriz, em Santarém, elaborados e aplicados pelos autores da pesquisa, no segundo semestre de 2019. O questionário buscou conhecer a faixa etária dos/as trabalhadores/as, há quanto tempo trabalham na área, nível de escolaridade, quantas pessoas trabalham na barraca, qual a jornada de trabalho, a renda mensal, e sobre a perspectiva em continuar ou não na informalidade, entre outros temas.

Três atividades de campo foram realizadas: primeiramente foi realizado contato com o representante da associação, que concedeu entrevista à equipe; em seguida, o grupo dedicou um dia para a aplicação de questionários, que precedeu uma derradeira atividade com vistas à realização de registro fotográfico como ferramenta e técnica de trabalho para capturar, fixar e registrar imagens do ambiente em questão, e também como estratégia de legitimação e revelação da realidade, segundo TITTONI, OLIVEIRA, SILVA e TANIKADO (2010).

6 O LÓCUS DA PESQUISA

O senhor José Carlos Ribeiro (mais conhecido como Souza), Presidente da Associação dos Permissionários, natural de Santarém, começou a vida de ambulante aos 13 anos. Exerceu a função de engraxate e entregador de jornais. Tem formação técnica em radiologia. Ele conta que, por volta de 1995, o trabalho informal em Santarém era visto como uma prática marginalizada, que era dominada predominante pelo vendedor ambulante e rotativo (aquele que não tem banca).

O mercado informal de Santarém configurou um dos principais fomentos da economia local, expandiu-se e está organizado entre a Praça da Matriz, onde estão montadas as barracas de venda de redes, mochilas e bolsas, e a Praça do Relógio, com vendas de eletrônicos e roupas. Os boxes pagam R\$ 50,00 por mês e as barracas pagam R\$ 250,00 por ano. Ele informa que as mercadorias vêm de São Paulo/SP e Manaus/AM, na dinâmica de pedidos realizados por meio de telefone, o que evita o deslocamento até os centros exportadores. As negociações são realizadas usando o CNPJ do ambulante. A maioria dos vendedores tem mais de 15 anos na praça, e são chamados de permissionários, informa o representante

dos informais.

Ainda conforme a mesma fonte, em torno de 600 pessoas trabalham no mercado, onde 90% possui o MEI (microempreendedor Individual). Todos são cadastrados na prefeitura. Souza conta que a Igreja Católica é a maior parceira dos vendedores. O presidente da associação esclarece que o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) promove cursos voltados para os comerciantes da praça. Souza explica que

Hoje os ambulantes contam com a fiscalização do Ministério Público, o que evita o abuso por parte de alguns fiscais. Houve muita pressão por parte dos governos quanto à fiscalização e cobrança indevida de taxas. Devido a essa pressão, fundou-se a associação, em 2003, que tem como principal reivindicação a criação de um camelódromo¹⁰.

Ele avalia que não mais se encaixam no termo 'trabalhadores informais', pois informal é aquele que não tem nenhum registro quanto à sua atividade laboral; mas dizem que são microempreendedores, haja vista que grande parcela desses trabalhadores autônomos conta com registrado na Prefeitura e no Sebrae.

A Praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, do município, é o espaço por excelência da concentração do comércio informal de Santarém, mas não é o único. A Praça da Igreja Matriz fica de frente para o rio Tapajós. É ali que os barcos oriundos de ilhas e de outras cidades aportam. O espaço concentra o comércio da cidade, repartições públicas como a Receita Federal, bancos, grandes magazines, lanchonetes e hotéis.

A partir das vivências de campo é possível sinalizar que ali o mercado informal sentou praça. Comercializa-se de um tudo. Redes e seus acessórios para as viagens de barco, como cordas e cobertores, bem como roupas, bonés, chapéus, tênis, sacolas, mochilas e afins. Um setor do espaço dedica-se aos eletroeletrônicos: rádios, celulares, fones de ouvido e cabos. Têm-se ainda apetrechos para casa: panos, toalhas e peças de reposição de fogão.

Os permissionários (trabalhadores informais) esclarecem que a procedência dos produtos negociados é variada. Redes, geralmente, possuem como origem cidades

10. Neste ano a prefeitura iniciou a obra na Praça Rodrigues dos Santos, local bem próximo à Praça da Matriz. Todavia, o processo de construção foi interrompido pelo fato do espaço representar um sítio arqueológico do povo Tapajó. A provocação partiu do Instituto Histórico e Geográfico do município ao Ministério Público do Estado, que embargou a obra, que chegou a derrubar árvores centenárias do lugar.

do interior da região Nordeste, com ênfase aos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. E produtos *made in china*, com proeminência de eletroeletrônicos e peças do vestuário:

camisas, bonés e tênis. A dinâmica do mercado informal da Praça Matriz mobiliza os fornecedores de “quentinhas”. Os famosos PFs (pratos feitos), que representa mais um elemento da cadeia da informalidade. No fim do ano, quando se celebra o Círio do município (realizado no mês de novembro em devoção à Nossa Sra. da Conceição), o comércio passa por incremento de vendas.

Ao se observar o ambiente da dinâmica dos portos da orla da cidade é possível apontar que a maioria é marcada pela improvisação. Todavia, o conjunto tem passado pelo reordenamento pela administração pública municipal, conforme o tamanho das embarcações.

É comum, no início de cada mês, o aumento de circulação de pessoas oriundas de outras cidades para Santarém. Trata-se do momento em que aposentados e pensionistas recebem seus proventos. Registram-se ainda o fluxo de pessoas que realizam tratamentos de saúde ou aportam na cidade para equacionar situações na justiça e outros serviços. Eles colaboram na dinamização do comércio. A foto a seguir exhibe parte da orla da cidade e suas embarcações tradicionais. O setor também passa por transformações com a introdução de *ferryboats*.

Foto 02. A orla da Cidade



Foto: autores/2019

Os comerciantes esclarecem que em regra, o mercado começa a funcionar às 7 horas da manhã, e se estende até às 18 horas, não fechando para almoço, de segunda a sábado. Sendo que, no sábado, o expediente pode se estender até às 15h ou mais. Caso tomemos como média 11 horas por dia de trabalho, teremos uma estimativa de 63 horas por semana.

Com base nas atividades de campo, observou-se que os próprios “funcionários” montam as barracas. As estruturas, geralmente, são feitas de ferro e cobertas por material de lona (um tipo de plástico). Elas são desmontáveis, o que exige dos trabalhadores uma tarefa monótona de montar e desmontar todos os dias sua estrutura de trabalho. As mercadorias são acomodadas em abrigos nas proximidades da própria atividade comercial. Em alguns casos, estivadores fazem a tarefa de carregar. A seguir registro da Praça da Matriz.

Foto 03 e 04 - Panorâmica da Praça da Matriz



Foto 03 - **Fonte:** autores, 2019.



Foto 04 - **Fonte:** autores, 2019.

Permissionários e o senhor Souza esclarecem que alguns trabalhadores são liberados para saírem na hora do intervalo de almoço, que corresponde a duas horas. A medida resulta de acordos entre os proprietários de pontos comerciais e prestadores de serviços. Algo equivalente às normativas trabalhistas. Os prestadores de serviços cumprem jornada laboral dividida em horário de turnos matutino e vespertino, sendo quatro horas pela manhã e quatro horas à tarde.

Ainda conforme as mesmas fontes, destaca-se uma diferença da aplicabilidade

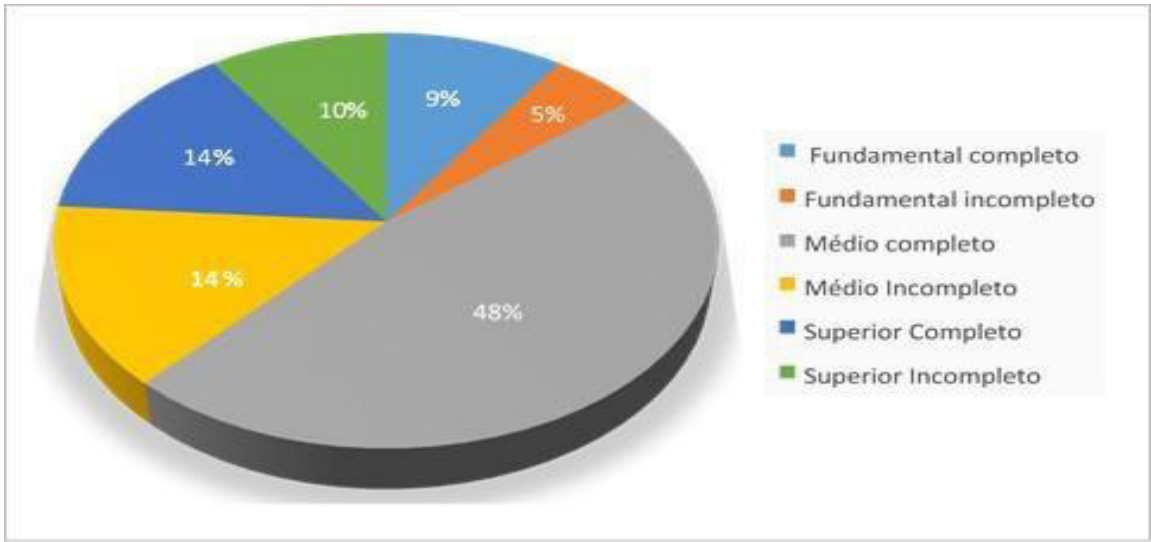
dos direitos trabalhistas do proprietário que trabalha no ponto comercial para o locatário das barracas; a jornada de trabalho diária é de aproximadamente 11 horas, levando-se em consideração serem trabalhadores autônomos. Geralmente, trabalham nas barracas de duas a três pessoas que possuem laços familiares, de tal modo que seja viável não contratar terceiros. Sendo preferido valorizar a família para trabalharem juntos, como filhos, genros e noras.

A medida possui ainda rebatimento com relação aos encargos tributários para a prefeitura, com o mercado e a energia elétrica. Desta feita, agrupa membros do seu mesmo círculo familiar, para que a venda no mercado possa dar maior rendimento financeiro, o que torna o principal meio de subsistência daqueles cidadãos, e converge para um processo sociocultural, a considerar o percentual relevante que trabalha nesse setor há mais de 15 anos. A partir dos questionários aplicados nas atividades de campo, passaremos a apresentar a seguir uma síntese dos indicadores relacionados com nível de escolaridade, tempo de trabalho, faixa etária, renda, dentre outros.

7 ALGUNS INDICADORES

De todos os resultados obtidos, o que mais se destacou foi o referente à escolaridade dos trabalhadores que participaram da pesquisa. Neste sentido, buscou-se levantar dados estatísticos para discussão dos resultados, como se observa abaixo.

Gráfico1 – Nível de escolaridade



Fonte: elaborado pelos autores, 2019

No que tange à escolaridade de nível fundamental, 5% possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto 9% completaram. Com relação ao nível médio, o que concentra o número de pessoas entrevistadas, 48% conseguiram fechar o ciclo, enquanto 9% ainda não encerraram a fase. No caso de ensino superior, 14% possuem graduação, enquanto 10% abandonaram, o que equivale a duas pessoas. O total dos níveis médio e superior que conseguiu concluir, e os que não conseguiram é de 86%. O indicador provocou certo estranhamento, posto que a expectativa, à primeira vista era encontrar a maioria dos entrevistados no nível fundamental.

Questionar sobre a renda mensal é sempre uma tarefa espinhosa. As pessoas manifestam-se de forma arredia ou com certo acanhamento. Constatou-se que 48% dos trabalhadores faturam salário mínimo. Seguida de 33% que conseguem ficar na faixa de um a dois salários, e 14% que auferem renda maior que dois salários mínimos. 5% dos consultados não responderam. À primeira vista, a considerar o cenário da economia do estado, pode-se indicar uma renda razoável para a realidade local.

Gráfico 2 – Renda Mensal

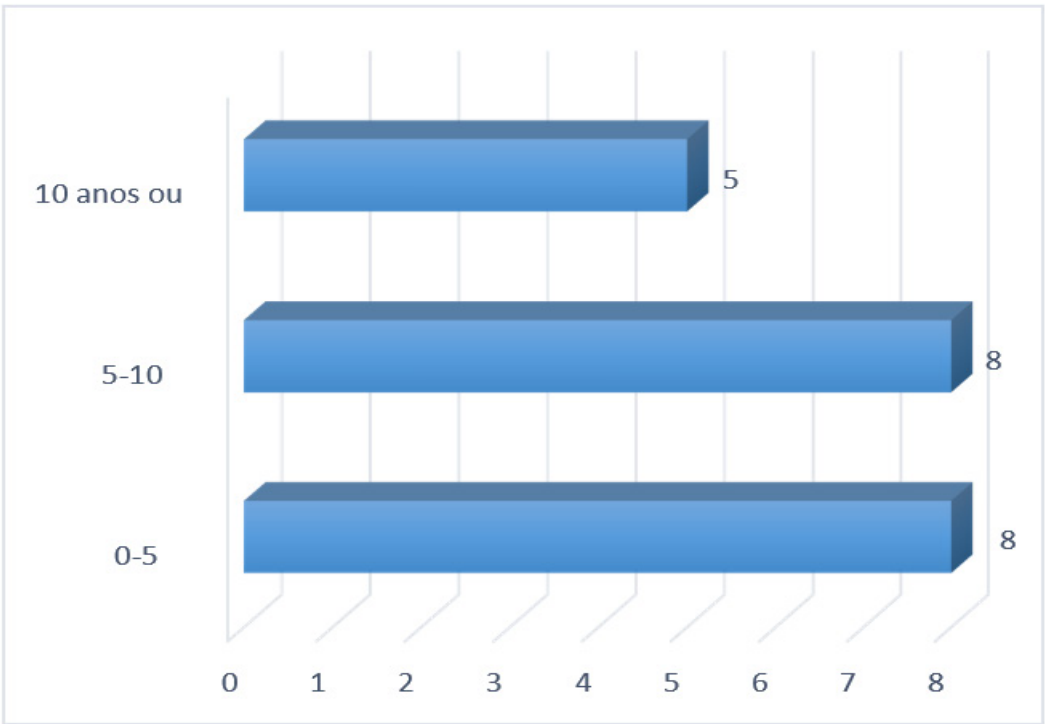


Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Com relação ao tempo de permanência de ocupação na Praça da Matriz, a amostragem aqui apresentada revela que 16 pessoas do conjunto de 21

entrevistados encontram-se na faixa de tempo de trabalho entre 0 a 10 anos, o equivalente a 76%. O que sinaliza para uma territorialidade expressiva, e os demais possuem mais de uma década. O representante da associação labuta no lugar desde a década de 1990.

Taxa de Permanência na Praça da Matriz

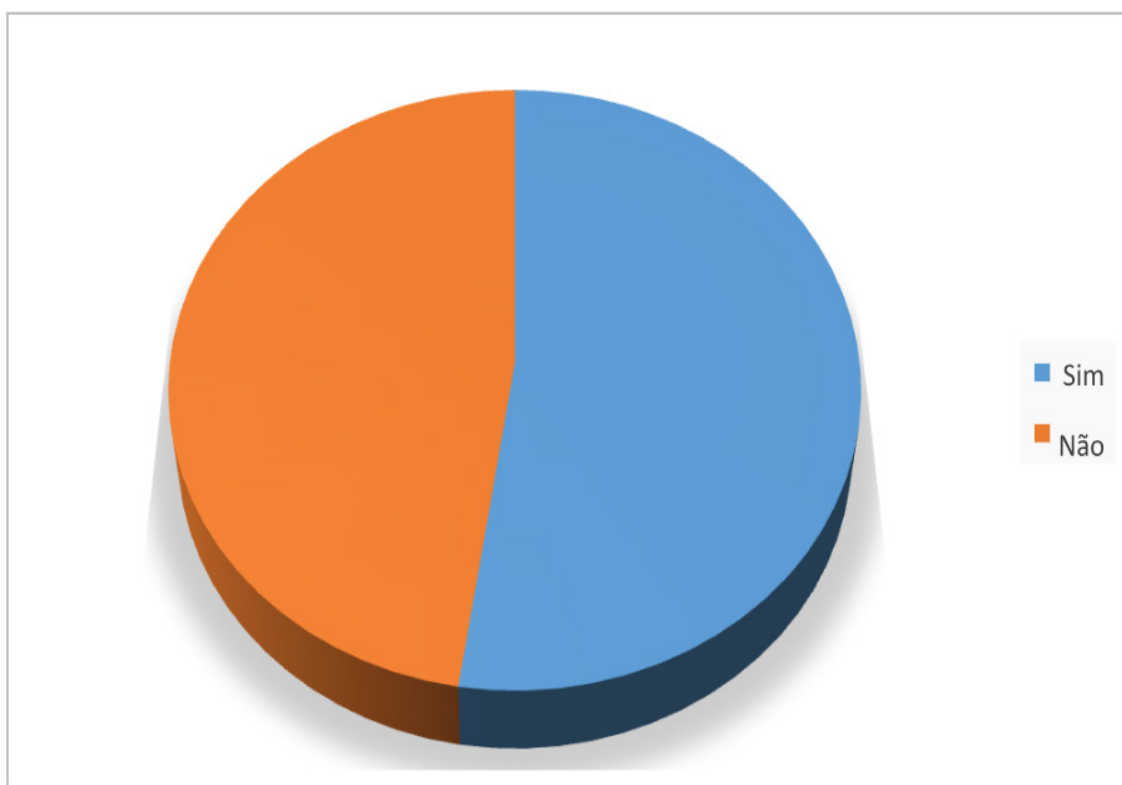


Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A permanência no *locus* de trabalho expressa a acomodação com a ocupação laboral, ainda que uma taxa dos trabalhadores manifeste desejo em ter uma ocupação com carteira assinada. Desse conjunto, somente duas pessoas já chegaram a gozar do direito.

A amostragem evidencia que, com relação às pessoas que pagam a previdência, existe um equilíbrio, onde 48% não pagam e 52% que pagam.

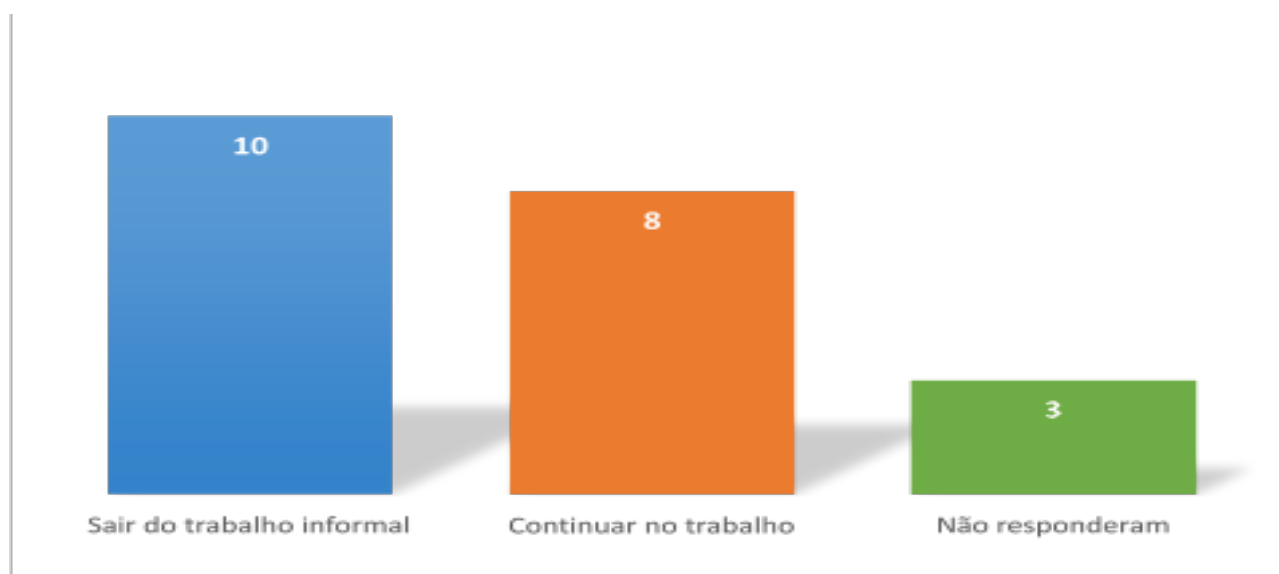
Gráfico 3 – Taxa de Trabalhadores que Pagam a Previdência



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Indagados sobre a perspectiva em continuar no mercado informal de trabalho, 10 responderam que gostariam de sair da condição, o que representa 47%, enquanto oito gostariam de permanecer, o que equivale a 38%, e três não responderam. Nota-se que há também uma situação de equilíbrio.

Gráfico 4 – Perspectiva de permanência na informalidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019

8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dualidade de trabalho informal e produção capitalista, a partir dos postulados de Antunes (2011), evidencia-se o caráter da financeirização do capital com relação ao universo do trabalho, ao passo que a expressiva maioria dos trabalhadores se torna descartável, supérflua, onde: "[...] milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados" (ANTUNES, 2011, p. 407).

O referido autor pondera que, neste cenário de desemprego estrutural, emergem duas categorizações sobre o mundo do trabalho informal: os menos "instáveis" e os "instáveis", que em nosso caso de estudo, consideramos que o campo estudado se encontra na primeira categoria, os menos instáveis (que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços), os camelôs.

Através da pesquisa compreende-se que a reinvenção do trabalho, ou seja, o trabalho informal tem ganhado cada vez mais força ao redor do mundo, vale destacar que quem se dedica ao trabalho informal pode sofrer com instabilidade financeira, visto que, não há nenhum vínculo empregatício que garanta um salário fixo mensal. Por outro lado, trabalhadores informais têm mais liberdade e autonomia para conciliar a vida pessoal à carreira, isso é o que grande parte dos profissionais hoje em dia busca para se sentir ainda mais realizados.

O desemprego estrutural recorrente é oriundo do sistema econômico vigente, que impulsiona a competitividade e a individualidade. Neste cenário, muitos não conseguem competir com equidade e, conseqüentemente, surgem novas transformações na dinâmica capital versus trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogerio. **Entre o rio e asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do Planalto santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital**. 2021, 285f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Ed. Serv. Soc., São Paulo, 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-2015 – **Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**. Brasília, Ministério da Economia.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR 163** – Cuiabá-Santarém, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande empresa e agricultura na Amazônia:** dois momentos, dois fracassos Paper do NAEA 094, Junho de 1998

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **BR 163 Sustentável**. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/BR163>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo e MARQUES, Gilberto (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, 2010. p. 89-122. Edição Especial.

LONDON, Jack. **O povo do abismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MARQUES, Gillberto de Souza. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. São Paulo. Expressão Popular, 2019.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo:** conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2016.

OPAMET. **Relatório Estrutural Anual do Mercado de Trabalho Paraense** / José Raimundo Trindade, coord. – Belém: OPAMET, 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/987af7_b245c826cc4b4b449a707b55ab9f55ce.pdf. Acesso em: novembro de 2019.

TITTONI, Jaqueline; OLIVEIRA, Renata Ghisleni de; SILVA, Paula Marques da;

TANIKADO, Grace. A Fotografia na Pesquisa Acadêmica: sobre visibilidades de conhecer. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v.13, n. 1,p. 59-66, jan./jun. 2010.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Livraria Pioneira, 1967.

Texto submetido em 04/06/2023
Aceito para publicação em 31/07/2023